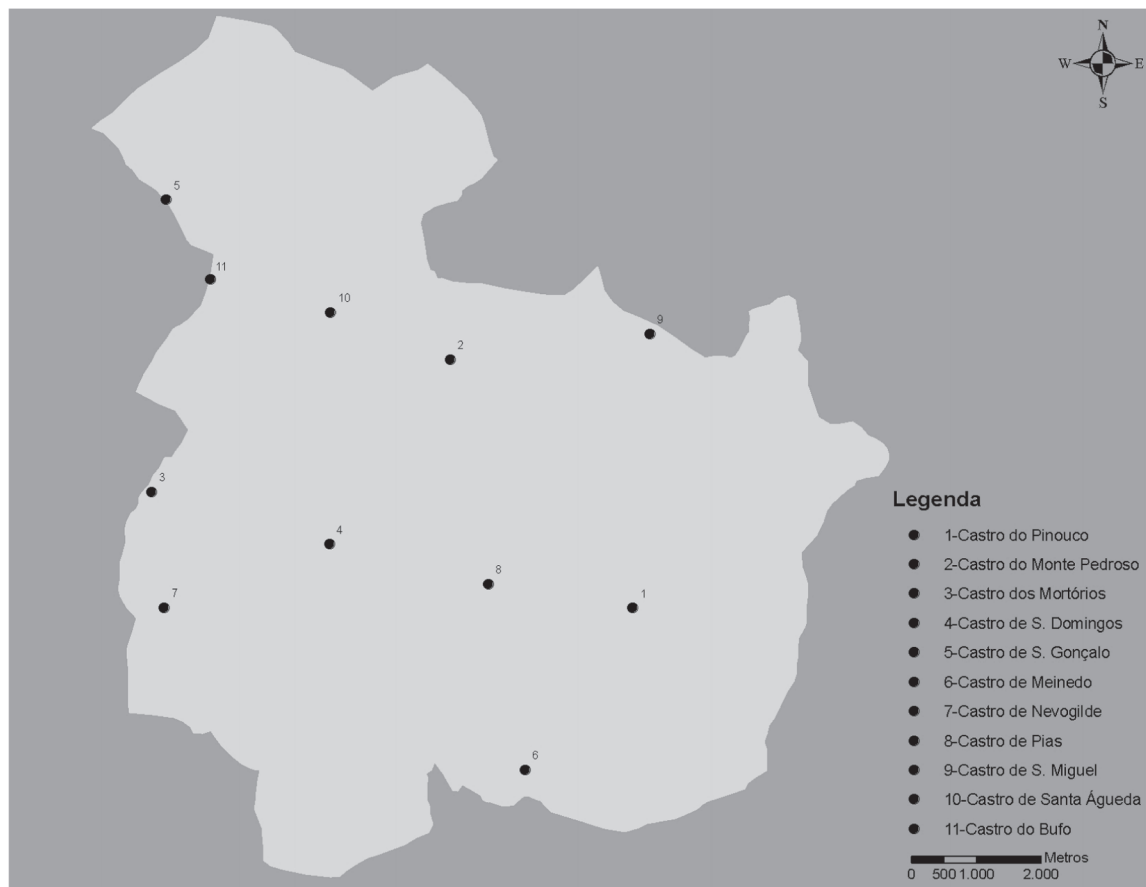


Suplemento de Arqueologia

O povoamento da Idade do Ferro no concelho de Lousada: apontamentos para uma análise do território

Manuel Nunes*, Luís Sousa** e Carlos Gonçalves**



Com o advento dos primeiros vestígios da metalurgia do Ferro, a partir do século VII a.C., mas com maior vigor a partir da II Idade do Ferro, já no curso da chamada «cultura castreja» que, por volta do século II a.C. e até sensivelmente à 2ª metade do século I d.C., portanto já no quadro da romanização, atinge o seu apogeu, assistimos a transformações operadas pelas comunidades indígenas do Bronze Fi-

nal em face da transição para a Idade do Ferro, situação que resulta numa profunda mutação da relação dos povoados com o meio físico envolvente, determinado por critérios de localização e posicionamento (Mendes-Pinto, 1995:270), reflexo, certamente, da própria reorganização interna destes habitats, condicionados por um movimento de petrificação de estruturas que tenderá a sistematizar-se a partir do

* Arqueólogo. Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada

** Assistente de Arqueólogo. Câmara Municipal de Lousada.

século V a.C., ainda que de uma forma dicotómica entre o litoral e o interior, accentuando, como notou Pereira Dinis, «uma autarcia das comunidades mais afastadas do mar, ou diferentes tradições culturais» (Dinis, 2002:121).

Para além de critérios meramente urbanísticos, estes assentamentos passam a depender, cada vez mais, do sistema de inter-relações que mantêm com o meio envolvente, seja ao nível da aptidão agrícola dos solos, da capacidade do território suportar em pleno o sistema agro-silvo-pastoril, da facilidade de comunicações ou do efectivo controlo territorial (Mendes-Pinto, 1995:270). Em virtude e em consequência destas alterações na percepção do meio, verifica-se uma modelação crescente dos próprios espaços naturais, que, mercê da exploração intensiva da agricultura e do pastoreio acabará por determinar a degradação da floresta climática (Dinis, 2002:119), proporcionando, em contrapartida, o alargamento das zonas de matagal, elas próprias essenciais ao equilíbrio do modelo económico em vigor, pela disponibilização de áreas cinegéticas e de pastoreio.

Não será nos primórdios deste contexto de transmutação cultural, mas talvez já durante a Fase II e III da «cultura dos castros» (Silva, 1986:65-66), que inserimos a maioria dos povoados da Idade do Ferro identificados no concelho de Lousada. Efectivamente, e pese embora as limitações impostas por uma análise fundamentada, na sua quase totalidade, por vestígios de superfície ¹, parece verosímil a assumpção de uma sincronia de ocupação destes povoados, um período *optimum* (Martins, 1990:206), talvez entre o século II a.C. e I a.C., durante o qual, provavelmente, todos eles deverão ter estado ocupados, mas após o qual alguns

deverão, de facto, ter sido abandonados, conforme parecem confirmar os dados arqueológicos de que dispomos. Se alguns destes povoados menores, talvez mais vulneráveis, foram abandonados em detrimento de outros, num processo de agrupamento de *unidades castrejas menores* (Silva, 1986:43), surgido na sequência da reorganização interna dos castros ditada pelas campanhas militares iniciadas pelos romanos no final do século II a.C. (Almeida, 2005:80) ou se, pelo contrário, esse provável abandono se deve tão somente a um processo natural de declínio e esvaziamento ao longo de várias gerações, num período de tempo relativamente alargado, à medida que, no contexto da nova tecitura sócio-económica, a população se foi distribuindo pelo *ager* (Teixeira, 2005:295), certamente atraída pela proliferação de novas estruturas fundiárias (*villae* e casais agrícolas) em terras de cultivo com maiores potencialidades agrícolas, não é possível atestar no actual estágio do nosso conhecimento ², ainda assim, a presença de alguma cerâmica romana de fabrico comum associada a cerâmica de cobertura (*tegulae*), detectada em alguns dos castros assinalados no concelho de Lousada Tab4, conquanto inconclusiva relativamente ao «grau de romanização» desses povoados da Idade do Ferro, consubstancia um registo ocupacional que nos remete para lá do câmbio da era ³. Em face das limitações impostas por estas «cronologias de superfície», e partindo do pressuposto que a totalidade dos povoados inventariados terá tido uma função doméstica e económica e não uma função meramente militar ou de refúgio temporário (Martins, 1990:206), elementos complementares de análise, designadamente aqueles que resul-

¹ Excepção a esta situação é o caso do Castro de S. Domingos, sucessivamente intervencionado ao longo da década de 1990 por Mendes-Pinto (1999), e onde foi possível determinar uma lata diacronia ocupacional, iniciada nos finais do século IV, primórdios do século III a.C., e mantida durante o período de dominação romana, apesar do paulatino abandono da coroa do povoado a partir dos finais da primeira metade do século I d.C. em favor de assentamentos de meia encosta. Por volta do século III/IV o topo do monte volta a ser ocupado, mantendo-se essa ocupação, presumivelmente, até ao início do século V.

² Apesar das intervenções arqueológicas levadas a cabo no Castro de S. Domingos revelarem um certo reordenamento urbano, perceptível pelo surgimento de um núcleo habitacional de tipo familiar ao qual se associa um compartimento de planta quadrangular, provavelmente com cobertura em *tegulae*, ocupado desde os finais do século I d.C. (Mendes-Pinto, 1999), a exiguidade da área escavada, conquanto indiciadora de uma renovação urbanística a partir desta altura, não permite a validação simples do pressuposto de que o S. Domingos, pelo facto de ser o maior povoado da região, tenha levado ao abandono de outros assentamentos de menores dimensões, absorvendo as suas populações.

³ As informações respeitantes ao período ocupacional de cada um dos povoados mencionados, embora preliminares porque necessitados de suporte estratigráfico, parecem sugerir um certo grau de continuidade ocupacional, não apenas durante o período de dominação romana (e.g. Castro do Pinouco, Castro de S. Domingos, Castro de Nevogilde e, presumivelmente, o Castro de Meinedo), mas também no decurso da Idade Média (e.g. Castro do Pinouco e Castro do Monte Pedroso).

Freguesia	Povoados	Altitude (m) Bacia	Hidrográfica		Ocupação			
			Sousa	Mezio	Idade do Bronze Final	Idade do Ferro	Época romana	Idade Média
Aveleda	Castro do Pinouco	239	X					
Alvarenga	Castro do Monte Pedroso	458	X					
Covas	Castro dos Mortórios	368		X				
Cristelos	Castro de S. Domingos	294		X				
Lustosa	Castro de S. Gonçalo	465		X				
Meinedo	Castro de Meinedo	258	X					
Nevogilde	Castro de Nevogilde	385		X				
Pias	Castro de Pias	241	X					
S. Miguel	Castro de S. Miguel	374	X					
Sousela	Castro de Santa Águeda	577		X				
Sousela	Castro do Bufo	444		X				

Tabela 4 - Povoados da Idade do Ferro detectados no concelho de Lousada

Ocupação comprovada



Ocupação provável



tam da comparação dos padrões topográficos de assentamento, isto é, a altitude e o relevo, poderão fornecer dados acrescidos no que toca ao entendimento da ocupação deste território ao longo da Fase III da Idade do Ferro.

Perfilados ao longo das principais bacias e sub-bacias hidrográficas que atravessam o concelho, e invariavelmente associadas aos vales do Sousa e do Mezio, corredores naturais de penetração no *hinterland*, todos os 11 povoados com ocupação pré-romana identificados ocupam altitudes balizadas entre a curva hipsométrica dos 200m e 600m, surgindo, igualmente, implantados em locais que revelam preocupações de carácter defensivo, seja pelo facto de os assentamentos denotarem razoáveis condições naturais de defesa ou, como no caso dos povoados do Pinouco, Monte Pedroso, S. Domingos, Meinedo e Nevogilde, revelarem a presença de estruturas defensivas artificiais (muralhas, fossos e/ou taludes).

Ainda assim, nem todos os povoados apresentam as mesmas características topográficas. Os castros localizados no

vale do Sousa denotam uma apetência por assentamentos de menor altitude (239m no Castro do Pinouco; 241m no Castro de Pias; e 258m no Castro de Meinedo), sendo as excepções o Castro de S. Miguel (374m) e o Castro do Monte Pedroso (458m). Os assentamentos detectados na bacia do Mezio, por seu lado, apresentam altitudes médias mais elevadas, quase sempre acima dos 360m de altitude, atingindo a altitude máxima no Castro de Santa Águeda, posicionado sobranceiramente à cabeceira do Mezio, no rebordo ocidental da elevação mais proeminente do concelho, o complexo montanhoso Campelos/Maragotos (368m no Castro dos Mortórios; 385m no Castro de Nevogilde, 444m no Castro do Bufo; 465m no Castro de S. Gonçalo; 577m no Castro de Santa Águeda). O único desvio a esta regra em termos altimétricos, cabe ao Castro de S. Domingos, implantado a uma cota claramente inferior (294m), no extremo sul do maciço de Campelos.

Também no que toca à escolha dos relevos é possível detectar um padrão comum à maioria dos povoados identifica-

dos. Com efeito, a maioria dos castros tende a ocupar relevos secundários, isto é, colinas que se sobrelevam a partir de outeiros de médias dimensões e que, porquanto detentores de boas condições naturais de defesa e estratégicos em termos de posicionamento face aos territórios de dominação apensos aos vales dos principais rios e seus subsidiários, não se destacam claramente na paisagem (Mendes-Pinto, 1995:268-273; Martins, 1990:136-139).

Uma vez mais, a excepção mais evidente a este padrão geográfico parece ser o caso do Castro de S. Domingos, implantado num outeiro cónico, claramente perceptível na paisagem e em notória posição de dominância e centralidade relativamente aos povoados implantados na bordadura montanhosa que ladeia, quer o vale do Mezio, quer o vale do Sousa.

Esta variedade em termos de implantação topográfica, aliada, como vimos, a uma apreciável diversidade altimétrica, parece, assim, denotar, duas preocupações essenciais: uma primeira, de carácter eminentemente estratégico e defensivo, evidenciado tanto pela localização privilegiada destes povoados em áreas facilmente defensáveis, como pela introdução, na maioria dos casos, de sistemas defensivos complementares; e uma segunda, de índole económico, materializada, provavelmente, através do controlo e aproveitamento agro-pecuário do território e da exploração activa dos recursos fluviais, situação que sugere que as comunidades indígenas da região encontrariam, independentemen-

te da altitude, condições ideais para o assentamento dos seus povoados. Desta forma, e tal como sugere Ferreira da Silva (Silva, 1980:88), a distribuição destes povoados, longe de ser anárquica, poderia obedecer a uma certa hierarquização, cabendo com alguma certeza ao Castro de S. Domingos, certamente o maior e mais importante povoado desta região, um certo grau de dominância, cuja real dimensão, no entanto, ainda não se afigura totalmente clara em termos culturais e arqueológicos.

Com o advento da ocupação romana, firmada pelas campanhas vitoriosas de Octávio César Augusto no noroeste peninsular entre 26 a.C. e 19 a.C., verificou-se uma gradual, mas irreversível, alteração no quadro do povoamento desta região. Para além da chegada de populações romanas, ter-se-á verificado, à semelhança do que se constata para outras regiões, nomeadamente no Baixo Minho, um movimento de dispersão das populações indígenas romanizadas, dando corpo a um «povoamento castrejo disperso» (Almeida, 2005:88), o que determinou um novo modelo de ocupação, totalmente distinto do anterior, em que pequenos aglomerados de lavradores indígenas, fixando-se em terreno aberto, mais ou menos distanciados dos seus povoados de origem, acabam por ganhar primazia económica e social a ponto de alguns deles terem mesmo evoluído para aglomerados secundários romanos (Ameida, 2005: 90), como parece ter sido o caso do *vicus* de Meinedo.

Bibliografia

Almeida, C.A.B. (2005) - Alterações no povoamento indígena no início da romanização. Ponto da situação no conventus bracaraugustanus. *Boletín Avriense*. Museu Provincial de Orens, p.77-93.

Dinis, A.P. (2001) - O povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal). Monografias. *Cadernos de Arqueologia*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Martins, M. (1990) - O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da bacia do Curso Médio do Cavado. *Cadernos de Arqueologia*. Monografias. Braga.

Mendes-Pinto, J.M.S. (1992) - *Património Arqueológico de Lousada*. Plano Director Municipal de Lousada. Lousada: Câmara Municipal. (Policopiado).

Mendes-Pinto, J.M.S. (1995) - O Povoamento da bacia superior do Rio Sousa: da Proto-História à Romanização.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia. *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Vol. V. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p.265-283.

Mendes-Pinto, J.M.S. (1999) - O Castro de S. Domingos (Cristelos, Lousada): Memória descritiva. Processo de Classificação do Castro de S. Domingos. Lousada: Gabinete de Arqueologia Municipal (Policopiado).

Silva, A.C.F. (1986) - *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Silva, A.C.F. (1980) - Organizações Gentílicas entre Leça e Ave. *Portugália*. Nova Série. Vol. I. Porto, p.79-90.

Teixeira, R. (2005) - Castros e povoamento: continuidade e rupturas em tempo medieval. *Actas do Colóquio: Castro, um lugar para habitar. Cadernos do Museu*. 11. Museu Municipal de Penafiel, p.293-305.